

CONSTRUINDO O DIREITO À CIDADE:

INICIATIVAS INOVADORAS
DE PLANEJAMENTO E
CONTROLE SOCIAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS



FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA



Habitat
para a Humanidade®
Brasil



União Europeia

REALIZAÇÃO

Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
Habitat para a Humanidade Brasil
CDES Direitos Humanos

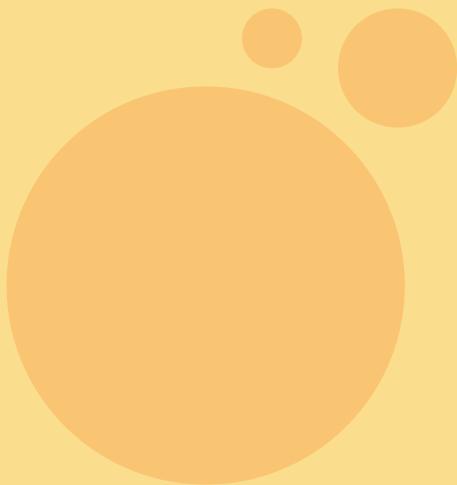
ENTIDADES PARTICIPANTES

BR Cidades Maringá – Paraná
Coletivo de Moradores da Agulha – Pará
Coletivo Mura – Rondônia
Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e
Sociedade (CAUS) – Pernambuco
Frente pelo Direito à Cidade de Campina
Grande – Paraíba
Instituto Voz Popular – Paraíba
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Brasil (MTST) – Pernambuco
Movimento Nacional de Luta por Moradia
(MNLM) – Paraíba
Taramela Assessoria Técnica em
Arquitetura e Cidade – Ceará
União Nacional por Moradia Popular
(UNMP) – Pará

APOIO

União Europeia

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Fórum Nacional de Reforma Urbana e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.



SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana
3. Sobre o edital
4. As iniciativas
 - 4.1 Ceará: Núcleo de Assessoria em Geo-referenciamento e Urbanismo (NAGU) | Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade
 - 4.2 Pará: Formação de lideranças para participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado Urbano das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos | União Nacional por Moradia Popular – Pará
 - 4.3 Pará: Participação popular | Coletivo de Moradores da Agulha
 - 4.4 Paraíba: Comunidade Sustentável | Instituto Voz Popular
 - 4.5 Paraíba: Na luta por justiça e direitos conquistados | Movimento Nacional de Luta por Moradia – Paraíba
 - 4.6 Paraíba: Por uma Campina Grande democrática, justa, inclusiva e sustentável | Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande
 - 4.7 Paraná: O jovem na cidade: conectando a juventude ao debate e à ação político-urbanística | BR-Cidades Maringá
 - 4.8 Pernambuco: Elaboração do Caderno 2 do Plano Urbanístico Comunitário da Muribeca | Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS)
 - 4.9 Pernambuco: Pesquisa de monitoramento e incidência política sobre o transporte público, no contexto da pandemia do Covid-19, na Região Metropolitana do Recife | Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Brasil (MTST Brasil)
 - 4.10 Rondônia: Escola popular de formação política: a remada continua | Coletivo Mura

SUMÁRIO

5. Ações e instrumental político

- 5.1 Oficinas, plenárias e rodas de diálogo
- 5.2. Interlocução com poder público
- 5.3. Coleta de dados e visitas de campo
- 5.4. Geo-referenciamento de dados
- 5.5. Ativação de mídias sociais
- 5.6. Publicações textuais

6. Considerações e síntese

7. Sigamos juntos!

1. APRESENTAÇÃO

Esse registro fala de um processo coletivo e compartilhado de trabalho, desenvolvido em seis estados brasileiros ao longo de 2021, com foco no controle social e ação política ativa em torno das demandas emergentes tocantes a território, moradia, urbanidade e os direitos à cidade, à dignidade e à vida.

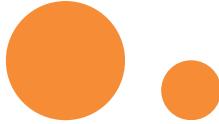
As dez iniciativas retratadas nas próximas páginas foram contempladas pelo edital de apoio a ações de planejamento e controle social de políticas públicas. Este edital foi parte de um projeto do **Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)**, que tem dentre seus objetivos fortalecer as alianças e a ação política do FNRU e das redes e coletivos que lutam pelo direito à cidade, empoderando mulheres, fortalecendo atores sociais e organizações da sociedade civil, para que possam promover o controle social das políticas públicas e fomentar a gestão democrática das cidades, contribuindo com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O presente documento se faz como um exercício de reflexão e partilha das experiências desse processo, e ao mesmo tempo como sistematização e memória dos trabalhos desenvolvidos pelas iniciativas contempladas, bem como de seus resultados e impactos. Compreende que os distintos territórios e temporalidades trabalhados se encontram numa experiência coletiva de enfrentamento de perguntas compartilhadas e de produção de respostas coletivas.

Cada trabalho apresentado aqui revisita e reinventa estratégias de enfrentamento e ação política, de mobilização comunitária e de compreensão e olhar sobre territórios; experimenta velhas e novas posturas de diálogo com o poder público; repensa os lugares de sujeitas e sujeitos, técnicos ou não, nas demandas pelo direito à cidade. Fundamentalmente, mantém acesa a esperança por outros presentes que nos mantenham em movimento.

O conteúdo será apresentado, neste documento, em duas partes. Inicialmente, serão apresentadas as iniciativas e as ações executadas, bem como os problemas abordados e as soluções encontradas; a segunda sessão traz uma síntese didática e propositiva do instrumental político utilizado - tanto pelas iniciativas, quanto de forma mais ampla na nossa trajetória coletiva de resistência e luta.

Não se trata, portanto, de mera descrição técnica dos trabalhos realizados. É sobretudo um convite e uma aposta - um convite à ação e uma aposta na potência das articulações coletivas e das redes de ação e de saberes.



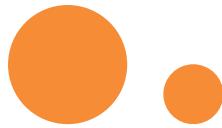
2. SOBRE O FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA

O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.

O FNRU é uma importante frente de resistência e contestação contra as forças dominantes que têm determinado o atual modelo excludente de nossas cidades. A cidade é uma construção coletiva, é para todas, todos e todos e, portanto, é essencial construirmos cidades que permitam vivências urbanas e acesso aos bens de maneira democrática. Não podemos ter cidades construídas pelos interesses do mercado e do capital, privilegiando certos grupos e segmentos sociais.

3. SOBRE O EDITAL

O apoio aos coletivos locais, aqui registrado, faz parte do processo de fortalecimento da ação política do FNRU e seus aliados frente ao desafio de construir cidades mais justas e democráticas, assim como de estimular avanços no cumprimento dos ODSs. As propostas foram selecionadas por meio do Edital nº 01/2021, que faz parte de um projeto apoiado pela União Europeia e conduzido por duas entidades que compõem a coordenação do FNRU: a Habitat para a Humanidade Brasil e o Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES).



4. AS INICIATIVAS

A seguir, apresentamos de forma sintética e concisa as 10 iniciativas executadas pelos movimentos, organizações e coletivos em 6 estados do país: Ceará, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Rondônia. Mais de 8.100 pessoas foram diretamente envolvidas e alcançadas por estas iniciativas, sem contar o imensurável impacto indireto nos territórios trabalhados.

Cientes de que os desafios do cotidiano de resistência, luta e incidência política são amplos e dificilmente traduzíveis com precisão em poucas linhas, organizamos as exposições a partir da apresentação objetiva dos grupos realizadores, das iniciativas executadas, das ações desenvolvidas no seu processo de execução e dos resultados obtidos conforme percebidos pelos realizadores.





4.1 CEARÁ: NÚCLEO DE ASSESSORIA EM GEO-REFERENCIAMENTO E URBANISMO (NAGU)

TARAMELA ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E CIDADE

SOBRE O GRUPO

Sediada em Fortaleza, a Taramela é uma Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade que tem como objetivo assessorar movimentos sociais e comunidades organizadas, nos âmbitos de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Sua atuação compreende a realização de oficinas participativas; ações de cartografia social; elaboração de contra-projetos e produção de planos populares; projetos de regularização fundiária; acompanhamento de políticas públicas junto aos movimentos sociais; organização de eventos, palestras, pesquisas e publicações; projetos arquitetônicos de sedes de associações, equipamentos esportivos e projetos urbanos de áreas públicas; e assessoramento a ocupações. Além disso, a assessoria também compõe espaços coletivos de discussão sobre questões urbanas em Fortaleza, como a Frente de Luta por Moradia Digna, as Assembleias Populares da Cidade e o Campo Popular do Plano Diretor.

A INICIATIVA

A iniciativa apoiou a criação do **NAGU – Núcleo de Assessoria em Georeferenciamento e Urbanismo**, em parceria com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) e o Núcleo de Habitação e Meio Ambiente da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUHAM/DPE-CE). A criação do núcleo faz parte de uma estratégia para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação cujo objetivo principal é estudar a demanda por profissionais das áreas técnicas relacionadas ao urbano (arquiteto urbanistas, engenheiros, entre outros) nos órgãos públicos de defesa do direito à moradia e a cidade. Para tal, propuseram-se a atuar em duas frentes. A primeira consistiu em realizar dois estudos de caso, desenvolvidos no acompanhamento, assessoramento e produção de relatórios técnicos em dois territórios em situação de conflito fundiário, sob ameaça de reintegração de posse – Alto das Dunas e Mondubim. A segunda foi o acompanhamento e prestação de serviços pontuais, como verificação de dados georeferenciados e elaboração de cartografias de casos de conflito fundiário em fase de atendimento inicial, bem como em resposta a demandas trazidas por outras comunidades, movimentos e pelas organizações parceiras.

AÇÕES

Trabalho de campo

De forma a subsidiar e munir de dados a atuação nas comunidades Alto das Dunas e Mondubim, partiu-se de um trabalho de campo em três etapas: as reuniões pré-campo, as visitas aos territórios, e as reuniões de avaliação pós-campos. Nas reuniões preparatórias, a Taramela dialogou com instituições parceiras e órgãos jurídicos com foco em refinar estratégias de atuação, compreendendo onde e de que formas a assessoria poderia contribuir nos processos das comunidades. Foram então aos territórios para fazer as avaliações técnicas e para conversar com pessoas chave e lideranças da população local, de forma tanto a compreender a dimensão social do território quanto a entender e articular a dimensão política do trabalho a ser desenvolvido. Após o campo e já munidos de informações e dados coletados, foram realizadas reuniões internas para avaliação dos resultados e adaptações entre expectativas e realidades do trabalho.

Geoprocessamento

A análise de dados oficiais e o seu geo-referenciamento compõem uma grande força do trabalho da equipe técnica do NAGU, que permite aprofundar análises e leituras sobre o território. Todas as atuações realizadas, sejam elas ações pontuais ou a elaboração de relatórios técnicos mais aprofundados, tinham como ferramenta metodológica o geoprocessamento, fazendo deste uma importante ferramenta de luta pela garantia do direito à cidade e à moradia.

Ativação de mídias sociais

Com fins informativos e de divulgação e mobilização, foram produzidos materiais gráficos (cards) para veiculação em mídias sociais, com informações sobre a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPE), seu Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM), sobre o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), indicando como acionar estes órgãos de defesa jurídica. Além disso, também foram produzidos materiais informativos sobre o Núcleo de Assessoria em Geo-referenciamento e Urbanismo (NAGU).



RESULTADOS

No contexto das atividades realizadas diretamente com os territórios, a iniciativa produziu dois relatórios, um para cada uma das comunidades sob ameaça de reintegração de posse acompanhadas, além dos diversos serviços prestados sob demanda, mais frequentemente mapas cartográficos, averiguação de matrículas e análises de loteamento de territórios. Para além disso, na dimensão de pesquisa-ação da iniciativa, foram produzidas reflexões importantes sobre a importância e pertinência da participação dos profissionais de arquitetura e urbanismo nos processos comunitários e de assessoria popular.

A Taramela entende que, ainda que haja um trabalho técnico sendo realizado, é fundamental que se produza um retorno às comunidades, bem como tornar os resultados da atuação profissional conhecidos e acessíveis à população dos territórios, de forma a poderem ser incorporadas por ela como instrumento político. Estima-se que os processos e produtos realizados pela Taramela possam impactar e fortalecer o direito à cidade de mais de 1.100 pessoas nestes territórios.





4.2 PARÁ: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PARÁ PARA PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO URBANO DAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERADOS URBANOS

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP) – PARÁ

SOBRE O GRUPO

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) é uma organização fundada em 1993, mas em articulação desde 1989, que hoje atua em 16 estados brasileiros e tem como principais bandeiras de luta a autogestão, o direito à moradia e à cidade, a participação popular nas políticas públicas e a luta pelo fim dos despejos e contra a criminalização dos movimentos sociais. No Pará, sua atuação vem sendo centrada em processos de regularização fundiária; ocupação de espaços para a população de baixa renda, como o Girassol II em Castanhal, região metropolitana de Belém; a organização do Fórum Estadual de Reforma Urbana e da Campanha Despejo Zero no estado, além de compor o Conselho Estadual da Cidade e o Conselho Municipal da Cidade em Castanhal.

A INICIATIVA

Compreendendo a necessidade de fortalecer a atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada nos processos de luta pelo direito à cidade, a UNMP-PA desenvolveu uma iniciativa com foco em retomar o Conselho da Cidade de Castanhal e fortalecer o Fórum Municipal de Reforma Urbana de Castanhal, além de fortalecer os processos já existentes de luta e de controle social, e promover maior aproximação entre os atores sociais do Pará, Amazonas, Rondônia e Amapá. Para tal, se propuseram, no escopo desta iniciativa, a realizar a formação de 50 novas lideranças, para que compreendessem e fossem capacitadas para atuar politicamente em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Estatuto da Metrópole, principalmente na Região Metropolitana de Belém e aglomerados urbanos.

AÇÕES

Oficinas interestaduais

A iniciativa realizou 5 oficinas temáticas, em formato virtual, de forma a possibilitar a reunião de pessoas e movimentos do Pará, Amazonas, Rondônia e Amapá. As oficinas tiveram caráter formativo, mobilizador e articulador, e abordaram temas como o direito à cidade, região metropolitana, estatuto da cidade, bem como a troca de experiências sobre controle social, conselhos de participação popular, e cidade e gênero. Um destaque foi a participação significativa de pessoas com deficiência e a consolidação da associação Elo da Pessoa com Deficiência do Pará no processo das oficinas, instituição que teve participação ativa nas discussões do Plano Plurianual do Pará (PPA). As oficinas contaram com uma participação média de 35 pessoas cada.

Conferência

A partir do acúmulo e das articulações possibilitados pelas oficinas, organizou-se também uma Conferência da Amazônia, também em formato virtual, visando contribuir para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Com participação de cerca de 50 pessoas, a conferência produziu como resultado uma Carta Política de síntese dos acúmulos construídos nesse espaço.



RESULTADOS

A iniciativa atingiu um marco importante ao conseguir realizar atividades de formação, avaliação política e desenho de estratégias entre os quatro estados, iniciativa que a UNMP descreve como “audaciosa” e que possibilitou que se realizasse, por exemplo, uma Conferência da Amazônia, onde formou-se um grupo de trabalho com intenção de continuidade. No decorrer do processo, cerca de 120 pessoas participaram das atividades realizadas. A iniciativa significou um importante passo para suprir um vácuo existente de atuação em maior escala a partir de movimentos sociais e iniciativas populares que não se organizam no formato de ONG. A médio e a longo prazo, essas capacitações e articulações são peças fundamentais para uma sociedade civil informada e apta para participar em processos de decisão sobre os rumos da cidade. Com efeito, a organização destaca que as ações realizadas foram fundamentais no processo, em andamento, de retomada do Conselho Estadual do Pará e das conferências das cidades; de fortalecimento das atuações populares nos conselhos municipais; e na criação de uma nova articulação de atores sociais na Amazônia – que antes do encerramento da iniciativa já havia realizados atividades autonomamente.



4.3 PARÁ: PARTICIPAÇÃO POPULAR

COLETIVO DE MORADORES DA AGULHA

SOBRE O GRUPO

O Coletivo de Moradores da Agulha é uma organização da sociedade civil atuante em Agulha, bairro de grande concentração populacional do distrito de Icoaraci na cidade de Belém, Pará. O coletivo vem buscando se consolidar e fortalecer tanto em torno da resistência às ameaças de remoção sofridas pela comunidade local, quanto da mobilização e engajamento da população com as lutas pelo direito à cidade no estado do Pará.

A INICIATIVA

Nesta iniciativa, o Coletivo focou no fortalecimento e consolidação do seu trabalho. Para tal, planejou uma atuação em duas frentes: (1) o fortalecimento local, com formação do coletivo de moradores da comunidade da agulha objetivando maior mobilização e engajamento; (2) expansão e consolidação da sua incidência política nos processos de luta por direito à cidade no estado do Pará. Além disso, a iniciativa foi desenvolvida tendo como ênfase as mulheres e as questões relativas à formação e participação feminina, mobilização e organização de mulheres do território e enfrentamento às violências de gênero.

AÇÕES

Oficinas

As oficinas realizadas nesta iniciativa tiveram dois eixos de atuação: as oficinas para mulheres e as oficinas para lideranças locais, e foram realizadas em três municípios do estado: Belém, Castanhal e Curuçá. Cada município recebeu uma oficina com lideranças, construídas para aproximação política, consolidação de alianças e contribuição formativa, e uma oficina para mulheres, abordando violência patrimonial, gênero e regularização fundiária. Além destas, foi realizada também uma oficina para mulheres direcionada especificamente às mulheres da Agulha. Ao todo, mais de 160 mulheres compareceram às atividades.

Plenárias

Assim como as oficinas, as três plenárias iniciais aconteceram nos municípios de Belém, Castanhal e Curuçá, e tiveram como objetivo não apenas a contribuição formativa e informativa, mas também o levantamento coletivo dos problemas locais e o desenho preliminar de estratégias e ações de luta. Esse processo culminou em uma plenária final, em uma escola pública de Belém, que recebeu moradores da Agulha e dos três municípios, movimentos sociais, ONGs e atores sociais parceiros. O objetivo da plenária final foi o de compartilhar os acúmulos das plenárias municipais e colocar ao poder público a questão do gênero e o direito à cidade e a necessidade de capacitação profissional para mulheres vítimas de violência patrimonial.



RESULTADOS

A ampla participação popular nas atividades realizadas pelo Coletivo fortaleceu sua atuação e suas possibilidades de incidência na realidade política da região, promovendo aproximações tanto individuais quanto coletivas, expandindo as articulações políticas do coletivo e dando um importante passo na potencialização da atuação das mulheres do bairro da Agulha. Também saldo positivo desse processo foram os novos grupos que começaram a surgir a partir das oficinas realizadas, interessados em organizar sua atuação política e se inserir nos movimentos de luta e controle social do estado, desvelando o potencial latente de ação das mulheres da Agulha e da própria comunidade. Como próximo passo e a partir das mobilizações iniciadas, o Coletivo pretende construir um instituto voltado ao acolhimento de mulheres vítimas de todo tipo de violência, principalmente a violência patrimonial, prevista na Lei Maria da Penha, mas ainda pouco conhecida.





4.4 PARAÍBA: COMUNIDADE SUSTENTÁVEL

INSTITUTO VOZ POPULAR

SOBRE O GRUPO

O Instituto Voz Popular é uma organização com mais de 20 anos, localizada na comunidade de São Rafael, em João Pessoa. Surgiu como uma rádio comunitária que segue ativa, buscando a democratização da comunicação e da informação da/na comunidade. A partir deste trabalho, compreendeu a necessidade de expandir sua atuação referente à vida política da comunidade, tendo já participado de projetos como o de um banco comunitário, de moeda social e de fomento cultural – tendo se convertido, inclusive, em ponto de referência cultural desde 2014, com o projeto Voz da Periferia.

A INICIATIVA

A iniciativa do Instituto teve como foco o controverso Programa João Pessoa Sustentável, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que afetará oito territórios populares – entre elas o São Rafael – com processos de desapropriação e realocação compulsória de famílias nas margens do rio Jaguaribe. A atuação relativa a esse programa já vem sendo realizada pelo Instituto desde 2017, objetivando estreitar as relações entre as comunidades afetadas para que sejam possíveis ações conjuntas e articuladas de resposta.

Para fortalecer esse trabalho, a iniciativa incluiu processos de formação de lideranças, articulações políticas, mobilizações para engajamento comunitário e divulgação panfletária, com ênfase para as comunidades de São Rafael e Tito Silva.

AÇÕES

Reuniões e trabalho de campo

No sentido de aproximar politicamente as comunidades afetadas pelo Projeto João Pessoa Sustentável, foram feitas reuniões entre as lideranças das comunidades São Rafael, Vila Tambauzinho, Santa Clara e Tito Silva, pautadas pela necessidade de elaboração de ações conjuntas. Também como forma de consolidar essa articulação e aprofundar a compreensão dos territórios e dos problemas enfrentados, duas visitas de campo foram realizadas, nas comunidades São Rafael e Tito Silva, com ênfase no diálogo com a população, na análise do território e no mapeamento das organizações sociais e equipamentos públicos.

Rodas de diálogo "Cinema na rua"

O formato utilizado para o trabalho de mobilização, formação e contrapropaganda foi o de Cinema na Rua. Foram três ao total, que aconteceram nas comunidades São Rafael, Vila Tambauzinho e Santa Clara. As atividades consistiram em rodas de diálogo em que a partir da exibição das propagandas e materiais audiovisuais produzidos pela prefeitura sobre o programa João Pessoa Sustentável, discutiu-se sobre o real teor do programa, os potenciais impactos que ele terá nas comunidades e os seus aspectos não divulgados pela propaganda do poder público.

Zines

Com objetivo de mobilização, agitação e disseminação de informação, foi produzido um zine com informações sobre o João Pessoa Sustentável. O material foi distribuído nas 8 comunidades afetadas pelo programa.

RESULTADOS

Com efeito, as reuniões, os cinemas na rua e a agitação panfletária possibilitaram tanto um avanço nas mobilizações comunitárias já existentes, quanto fortalecimento e maior aproximação política entre os atores sociais das comunidades afetadas pelo Programa João Pessoa Sustentável, principalmente entre as comunidades de São Rafael e Tito Silva. Mais de 100 pessoas das comunidades participaram das atividades realizadas, além de pelo menos 25 membros de organizações sociais. A iniciativa também traz como saldo um maior engajamento popular com a questão, que vem sendo central no trabalho de contrapropaganda em relação à abordagem sobre o programa adotada pela prefeitura. Essas vitórias são cruciais frente ao desafio posto da execução iminente do Programa, que coloca a necessidade de desenvolver contrapropostas que vêm sendo gestadas entre as comunidades envolvidas: o Plano Popular Participativo, que contará também com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco.





4.5 PARAÍBA: NA LUTA POR JUSTIÇA E DIREITOS CONQUISTADOS

**MOVIMENTO NACIONAL DE
LUTA POR MORADIA
(MNLM) - PARAÍBA**

SOBRE O GRUPO

O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) é um movimento popular fundado em 1990, que já conta hoje com atuação em mais de 14 estados do país com a missão de organizar as famílias sem teto e lutar por moradia digna. Na Paraíba, o movimento vem fortalecendo suas lutas nas quatro regiões do estado, levando pautas como o direito à habitação, saneamento, mobilidade, planos diretores e regularização fundiária. Além disso, o movimento participa de conselhos, constrói a Campanha Despejo Zero e vem fortalecendo regionalmente os núcleos do Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba (FERURB).

A INICIATIVA

A iniciativa foi desenvolvida no contexto da revisão do Plano Diretor de João Pessoa e do Programa João Pessoa Sustentável, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que afetará drasticamente oito comunidades da região metropolitana. Assim, o escopo da iniciativa considerou as atuações e acompanhamentos referentes ao plano diretor e a este projeto, pensando tanto em mobilização popular e comunitária quanto na articulação com o poder público. Além disso, propôs-se também incidir em um processo de regularização fundiária em curso, em Bayeux, que contempla cerca de 610 famílias, e atuar com mobilização e formação comunitária no estado, de forma a fortalecer o Fórum Estadual de Reforma Urbana, o MNLM e as lutas por moradia e direito à cidade.

AÇÕES

Trabalho de Campo

Foram realizadas duas visitas de campo, com foco em compreender as demandas e problemas locais; construir aproximação política com a população local e suas lideranças; e iniciar trabalho de mobilização para as demais ações. As visitas aconteceram nos municípios de Araçagi e Guarabira.

Rodas de Conversa e plenária final

Com objetivos formativos, informativos e de mobilização, foram desenvolvidas 8 rodas de conversa sobre direito à habitação e problemas locais: uma em Bayeux, duas em Souza, duas em Patos, duas em Araçagi e uma em Guarabira. As oficinas foram presenciais e foram também facilitadoras de aproximações políticas com lideranças e atores sociais em cada município. Estas atividades culminaram em uma plenária final, cujo eixo foi a sintetização e consolidação do processo conduzido nas oficinas e rodas de conversa.

Interlocução com poder público

Em continuidade às oficinas e a partir dos seus acúmulos, foram garantidas reuniões com as prefeituras de Patos, Bayeux e Araçagi para discussão e encaminhamento das demandas levantadas. Destas, houve encaminhamento concreto apenas com a prefeitura de Bayeux, que se colocou aberta a receber do movimento um documento com propostas para as questões de habitação e direito à cidade para o município.



RESULTADOS

Segundo o MNLM Paraíba, o trabalho desenvolvido foi elemento importante de fortalecimento para as comunidades e famílias afetadas, e obteve sucesso no maior engajamento da população com os processos de resistência e luta, tanto relativos ao programa João Pessoa Sustentável, quanto às questões particulares de cada território onde houve atuação. As reuniões com o poder público, calcadas no trabalho popular e de movimento realizado, também apontam possibilidades de avanço, como a disponibilidade manifestada pela prefeitura de Bayeux de receber um projeto-proposta desenvolvido pelos movimentos e comunidades para o município.





4.6 PARAÍBA: POR UMA CAMPINA GRANDE DEMOCRÁTICA, JUSTA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

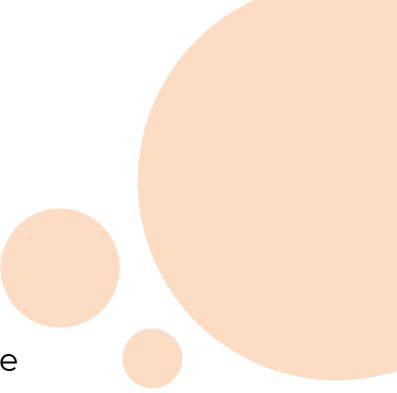
FRENTE PELO DIREITO À CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

SOBRE O GRUPO

A Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande é uma articulação de diferentes entidades que lutam por uma agenda e políticas urbanas que promovam uma Campina Grande inclusiva e justa. A Frente desenvolve um leque diverso de atividades de controle social e luta, como o monitoramento da agenda do desenvolvimento urbano local, das políticas urbanas e de situações de violação de direitos humanos; a realização de processos de formação e assessoria para o fortalecimento de atores populares em direito à cidade e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na participação em canais institucionais e na consolidação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); a democratização do processo de revisão do Plano Diretor; e a realização de eventos e debates sobre direito à cidade e ODS.

A INICIATIVA

A iniciativa desenvolvida pela frente visou o fortalecimento da atuação política popular nos processos de revisão do Plano Diretor e mais amplos de luta pelo direito à cidade; a formação política voltada a atores sociais, entidades e movimentos sociais, sobre o direito à cidade, os ODS e o Plano Diretor, considerando as desigualdades de classe, gênero, raça e geracionais; a mobilização para engajamento da população nesses processos; e o monitoramento e divulgação de informações sobre a cidade e o Plano Diretor, bem como sobre as propostas defendidas pela Frente e por seus aliados.



O desenvolvimento do trabalho pela Frente apoiou-se na concomitância e articulação entre ações estratégicas próprias, principalmente focadas em coleta de informações, produção de conteúdo e formação política, e a participação ativa em espaços de articulação e ação política, como a Articulação Popular pelo Plano Diretor, o CONCIDADE-CG e a Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor de Campina Grande.

ACÕES

Reuniões com entidades e movimentos

Com o objetivo de disputar a agenda de desenvolvimento e as políticas sociais locais, construir articulação popular e fortalecer as iniciativas populares voltada à Revisão do Plano Diretor, a Frente participou de duas das reuniões da Articulação Popular pela Revisão do Plano Diretor – processo que já vinha ocorrendo desde março de 2021. Com participação média de 35 pessoas, as reuniões congregaram movimentos populares, entidades e atores sociais dos campos progressista e popular.

Monitoramento e divulgação de informações

Os processos de coleta, sistematização e divulgação de informações sobre a Revisão do Plano Diretor foram realizados em um fluxo que se inicia na coleta, tanto a partir da inserção da Frente na Articulação Popular pelo Plano Diretor, no CONCIDADE-CG e na Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor de Campina Grande, quanto na busca ativa e monitoramento em redes sociais e veículos de mídia. Após sistematização interna, as informações coletadas alimentaram tanto o desenvolvimento das demais ações da iniciativa, quanto a produção de matéria de comunicação digital veiculado nos canais Instagram e Whatsapp.

Colagem de lambes

Como ação educativa e de conscientização, foi desenvolvida a ação de colagem de lambes, material gráfico impresso com linguagem simples e objetiva, por Campina Grande, sobre a Revisão do Plano Diretor. Os lugares alvo para a realização da ação foram definidos considerando a grande quantidade de pessoas passantes e o grau de visibilidade dos locais de colagem em relação ao passeio.

Oficinas de formação

Foram realizadas quatro oficinas temáticas, em plataforma virtual, voltada a lideranças políticas e atores sociais interessados. Os temas abordados foram: a luta pelo direito à cidade e estatuto da cidade no plano diretor; vetores da expansão urbana e da especulação imobiliária de Campina Grande; o plano diretor e os assentamentos populares; sistema de gestão democrática e seus instrumentos.



RESULTADOS

A iniciativa executada foi contundente contribuição para o fortalecimento das ações e estratégias de incidência política dos campos popular e progressista nos processos relativos à Revisão do Plano Diretor de Campina Grande. Além da participação ativa nas reuniões da Articulação Popular pelo Plano Diretor, endossando e sedimentando o caminho para estratégias de participação popular efetiva, as ações de agitação e divulgação de informações, tanto para outras entidades e movimentos quanto para a sociedade de forma mais ampla, deram qualidade e maior visibilidade às discussões produzidas de forma pulverizada entre movimentos, governo e mídia – apenas no Instagram, as 7 postagens informativas realizadas apresentaram um total de registro de alcance de 2.049 contas.

Além disso, as oficinas realizadas foram de forte contribuição para o processo formativo de lideranças e atores sociais e contaram com cerca de 40 pessoas participando com regularidade, além da equipe organizadora. Tiveram como saldo o fortalecimento das atuações coletivas e da própria Frente e entidades parceiras nas atuações referentes à revisão do Plano Diretor. O fortalecimento dos atores sociais e a consolidação de suas articulações políticas, bem como o incentivo ao engajamento e a contribuição para o acesso amplo da população da cidade a informações sobre a Revisão do Plano Diretor, foram passos fundamentais rumo à pretendida construção de um sistema de gestão e controle social posterior ao Plano Diretor.





4.7 PARANÁ: O JOVEM NA CIDADE: CONECTANDO A JUVENTUDE AO DEBATE E À AÇÃO POLÍTICO-URBANÍSTICA

BR CIDADES - MARINGÁ

SOBRE O GRUPO

O Projeto Brasil Cidades (BR Cidades) é um fórum que nasce dentro da Frente Brasil Popular, mas ultrapassa seus limites, convertendo-se em uma ampla rede de ação coletiva em torno da agenda urbana, com foco em democratização e participação popular na efetivação do desejo de construir coletivamente cidades mais justas, mais solidárias, economicamente dinâmicas e ambientalmente sustentáveis. Em Maringá, o BR Cidades vem tendo como foco promover a inserção da população nos debates e ações sobre as questões urbanas, tanto em relação às formas de planejamento como controle social, e apesar de ser dirigido a toda a população, tem grupos sociais que são envolvidos em ações específicas: a juventude, a mulher, a população negra, a população LGBTQIA+, os indígenas e os imigrantes.

A INICIATIVA

A iniciativa, desenvolvida pelo BR Cidades Maringá em parceria com a Secretaria Municipal de Juventude e Cidadania do município de Maringá, toma como foco a juventude, dando destaque para o instrumento do plano diretor como promotor de cidades mais igualitárias e justas. O objetivo foi atuar no empoderamento da juventude local para a incidência na construção e ação frente à política urbana do município de Maringá, com foco no seu Plano Diretor. Assim, propôs-se a desenvolver uma cartilha direcionada à juventude e construída com sua participação direta, atuando tanto no processo formativo de novas lideranças e atores, quanto na mobilização para engajamento ativo dessa população.

AÇÕES

Rodas de conversa

Cumprindo as funções de mobilização política, formação e subsídio para construção de uma cartilha, foram realizadas 5 rodas de conversa direcionadas a 5 grupos específicos, compreendidos como estratégicos: mulheres jovens; juventude negra; juventude LGBTQIA+; juventude imigrante e juventude indígena. A divulgação e os convites foram feitos após um mapeamento cuidadoso de movimentos, coletivos, ativistas e grupos de interesse. As rodas tiveram 178 inscrições no total e contaram com uma média de participação de 45 pessoas por atividade, que foram realizadas em plataforma virtual devido à pandemia de COVID-19.

Encontros temáticos

Como continuidade da construção iniciada nas rodas de conversa, os encontros temáticos foram realizados tanto como processo de aprofundamento e consolidação do trabalho político, quanto como instrumento de divulgação e ampliação do debate. Foram 4 encontros realizados em plataforma virtual, abertos e transmitidos online pelo Youtube. Os temas abordados foram negritude, LGBTQIA+, imigrantes e indígenas, e foi garantido que todas as mesas tivessem mulheres. No último Encontro temático a Cartilha “O Jovem na Cidade” foi lançada.

Cartilha

O acúmulo político aprofundado nas rodas de conversa traduziu-se na elaboração da cartilha “O Jovem na cidade: conectando a juventude e política urbana”, produção textual voltada à juventude e focada em educação urbanística e incentivo ao engajamento político, abordando o papel da população no processo de planejamento urbano e as possibilidades de incidência da juventude e das minorias políticas. O material foi desenvolvido multiplataforma com a intenção de garantia de um conteúdo ativo, possuindo versão para impressão, QR Code para visualização em celulares e página online, disponível [aqui](#).

RESULTADOS

A cartilha reflete a qualidade política do trabalho desenvolvido: o conteúdo, que foi pensado e refinado a partir das rodas de conversa e encontros, trata do papel da população no processo de planejamento urbano, com ênfase nas formas de participação da juventude e das minorias; a forma, que investe em canais variados (tanto físico como virtuais) e traz a concepção de conteúdo ativo, sinergiza-se com as formas de comunicação e engajamento político da população à qual se direciona. Ainda, o próprio processo do seu desenvolvimento, ativo e participativo, trouxe como resultados a maior participação da população jovem nos espaços de discussão sobre a cidade, como conselhos, e o fortalecimento das articulações entre o BR-Cidades e os coletivos e movimentos sociais de Maringá.





4.8 PERNAMBUCO: ELABORAÇÃO DO CADERNO 2 DO PLANO URBANÍSTICO COMUNITÁRIO DA MURIBECA

COOPERATIVA
ARQUITETURA,
URBANISMO E SOCIEDADE
(CAUS)

SOBRE O GRUPO

A Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS) atua como assessoria técnica popular junto a movimentos sociais, entidades e comunidades organizadas na Região Metropolitana do Recife, apostando na ponte entre a Academia e as atrizes e atores da sociedade como um meio de construção de uma cidade mais coletiva, entendendo Arquitetura e Urbanismo como um instrumento de intervenção social e responsabilidade política. A CAUS integra a Articulação Recife de Luta (ARL) e a equipe da atual gestão do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Pernambuco (IAB-PE), além do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, a Rede Moradia & Assessoria e a rede BR-Cidades.

A INICIATIVA

A iniciativa desenvolvida foi parte de um processo já em andamento: de elaboração do Plano Urbanístico Comunitário (PUC) da Muribeca, comunidade em situação de conflito fundiário no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, e que se formou em torno de um conjunto residencial que abrigava quase dez mil pessoas, sendo desativado e desocupado pela prefeitura do município devido a questões estruturais nos edifícios. A CAUS já havia desenvolvido um primeiro documento, o Caderno 1 do PUC da Muribeca, que contém registro de iniciativas já realizadas no território e as estratégias adotadas para elaboração do Plano.



O Caderno 2 do PUC, cujo desenvolvimento é o objeto da iniciativa aqui retratada, buscou consolidar, junto com a comunidade local, um material que trouxesse leituras acerca das condições sócio-territoriais na Zona Especial de Interesse Social da Muribeca. A partir disso, e em articulação com movimentos locais, como o coletivo Somos Todos Muribeca, e movimentos parceiros, a iniciativa buscou acompanhar os desdobramentos da decisão judicial e das iniciativas do poder público local sobre o território e construir estratégias de luta pela garantia de direitos. O trabalho embasou-se na compreensão do PUC como ferramenta tanto de mobilização comunitária quanto de negociação com o poder público.

ACÕES

Oficinas preparatórias

O processo de aproximação inicial e de primeiros estudos para subsidiar o desenvolvimento do Caderno 2 do PUC aconteceu em 3 reuniões preparatórias, realizadas com representantes do coletivo Somos Todos Muribeca e com assessorias, incluindo professores, geógrafo e técnico de geoprocessamento.

Trabalho de campo

Os estudos de campo aconteceram em duas visitas aos territórios, realizadas junto às lideranças locais. Tiveram como foco tanto a leitura e as avaliações técnicas do território quanto a interlocução com moradores, tendo como pressuposto de trabalho o compromisso de olhar o território a partir dos olhos da sua população.

Elaboração do Caderno 2 do Plano Urbanístico Comunitário (PUC)

A partir das oficinas realizadas e do trabalho de campo, os conhecimentos adquiridos, acrescidos à expertise técnica da assessoria, foram consolidados e sintetizados na elaboração do Caderno 2 como documento propriamente dito.

Lançamento do Caderno 2

A CAUS entendeu que seria fundamental que a conclusão do Caderno 2 do Plano Urbanístico Comunitário fosse acompanhada de uma atividade de lançamento deste material no próprio território. A atividade de lançamento cumpriu as funções de garantir uma devolutiva do trabalho à população do território, fortalecer seu engajamento político e garantir que o documento fosse efetivamente incorporado como ferramenta nos processos de resistência da Muribeca.



RESULTADOS

A realização do Caderno 2 do PUC da Muribeca se fez interpelando os saberes técnicos sobre o compromisso e as formas de articulação entre este e as pessoas dos territórios, reflexão construída em conjunto com a população da Muribeca e fruto do engajamento ativo da CAUS com os processos políticos da região – processos dos quais emergiu, por exemplo, a compreensão do tripé político sobre o qual se apoiou a execução do projeto: Rememorar, Permanecer e Pertencer. Além da utilidade política do documento produzido, o aprendizado e a memória do seu processo ficam também como contribuição e provocação para o campo profissional da arquitetura e urbanismo. Segundo a CAUS, é premente tentar ultrapassar os limites de técnicas e produtos engessados, produzidos na graduação, sem que se entenda que há neles um teor de apagamento referente à população dos territórios.

A técnica precisa assumir lado: o lado da população da comunidade trabalhada. O próximo passo, a partir do trabalho desenvolvido, será a produção do Caderno 3, cujo processo será o do desenvolvimento de uma proposta urbanística e arquitetônica para a região.





4.9 PERNAMBUCO: PESQUISA DE MONITORAMENTO E INCIDÊNCIA POLÍTICA SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19, NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO BRASIL (MTST)

SOBRE O GRUPO

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é um movimento popular que organiza trabalhadoras e trabalhadores urbanos a partir dos seus locais de moradia, em torno das lutas e mobilizações pelo direito à moradia, à cidade e pela construção de poder popular numa perspectiva anticapitalista. O Movimento integra a Articulação Recife de Lutas, com quem co-promoveu a iniciativa contemplada neste edital, frente formada em 2018 inicialmente por entidades da sociedade civil comprometidas com a incidência na revisão do Plano Diretor do Recife. Desde então, o Movimento e a Articulação vêm atuando de forma abrangente no que diz respeito ao direito à cidade, como moradia, mobilidade urbana, direito à terra urbana e fortalecimento de comunidades. Também atuam em frentes que incluem o mapeamento e denúncia de imóveis ociosos e abandonados no centro do Recife; monitoramento do abastecimento de água nas periferias; o monitoramento popular do transporte público no contexto da pandemia; o acompanhamento e incidência pelas áreas ZEIS e contra os despejos e o monitoramento e incidência do planejamento e ordenamento territorial urbano na cidade do Recife e região metropolitana.

A INICIATIVA

A iniciativa desenvolvida é parte de um trabalho já iniciado, cujo eixo central é a mobilidade urbana pela perspectiva dupla da pessoa usuária e de quem trabalha no transporte público, investigando e sistematizando os problemas e gargalos do transporte público na Região Metropolitana do Recife (RMR), administrado pelo Consórcio de Transporte Grande Recife. O objetivo foi levantar informações e dados que subsidiem a produção de um documento científico para incidência política nos níveis estadual e municipal. Dando continuidade à investigação já realizada com usuários e usuárias, o trabalho realizado nessa iniciativa focou em avançar no geo-referenciamento e sistematizar a perspectiva de motoristas e cobradores sobre o problema.

AÇÕES

Entrevistas

Para que fosse possível compreender a perspectiva de trabalhadoras e trabalhadores do transporte público sobre os problemas estudados, foram realizadas 33 entrevistas presenciais. Alguns formatos de entrevista foram experimentados, e ao fim optou-se por um questionário estruturado (com questões padronizadas para todas as entrevistas) como base para conversas individualizadas que o complementam. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho das pessoas entrevistadas, em seus momentos de intervalo, metodologia que se mostrou mais eficaz para conseguir melhores contribuições. Os resultados dos questionários e as anotações individualizadas das conversas foram sistematizadas a partir de uma abordagem qualitativa, focada nas percepções e experiências individuais, agrupadas e sistematizadas como tendências gerais e elementos comuns e frequentes nas respostas, de forma a subsidiar um início de caracterização do que seria a perspectiva da classe sobre os problemas e desafios do transporte público na RMR.

Produção de dados georreferenciados

A produção de dados geo-referenciados foi a ferramenta utilizada para iniciar um trabalho de mapeamento dos picos de superlotação de passageiros dentro dos veículos do transporte público, analisados por linha. A linha utilizada para esse estudo foi a “TI Macaxeira - Av. Norte”, uma das linhas conhecidas por ter problemas de superlotação. O levantamento foi feito através de fotografias periódicas ao longo do percurso de um veículo da linha, em horários de pico, entre 6 e 7 horas da manhã, acompanhadas de anotação de pessoas por metro quadrado e geo-referenciadas, de forma a produzir um mapa da lotação desta linha neste horário.



RESULTADOS

O trabalho desenvolvido como escopo dessa iniciativa foi bem-sucedido em estabelecer novos paradigmas técnicos e políticos para o tratamento dos problemas relativos ao transporte público, não apenas na região onde foi realizado, a Região Metropolitana do Recife, mas de forma mais ampla para os atores sociais que se debruçam sobre a questão. As entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores do transporte público propiciaram um avanço na compreensão política sobre o tema pela sua perspectiva que, aliada a trabalho similar feito com usuárias e usuários, inaugura nova e superior qualidade de

potência política ao integrar as experiências destes que são usualmente vistos como polos opostos (pessoas usuárias e trabalhadoras do transporte público) sobre o problema da mobilidade urbana. Também traz a ferramenta do geo-referenciamento para o uso do movimento social de forma simples e eficaz, alinhada com a postura de democratização de instrumentais técnicos. Como continuidade a esse trabalho, o MTST Brasil pretende desenvolver o documento científico cujas pesquisas realizadas pretendem subsidiar, de forma a oferecer mais uma ferramenta aos movimentos, organizações e demais atores políticos para os enfrentamentos e lutas referentes à mobilidade urbana na Região Metropolitana do Recife.





4.10 RONDÔNIA: ESCOLA POPULAR DE FORMAÇÃO POLÍTICA: A REMADA CONTINUA

COLETIVO MURA DE PORTO VELHO

SOBRE O GRUPO

O Coletivo Mura de Porto Velho é um movimento popular que atua com foco na retomada cultural e política do Povo Mura, participando e incidindo nas questões relativas ao direito à cidade, direito à terra, reconhecimento territorial, fortalecimento comunitário e resistência cultural e política. O movimento também se articula com o Movimento dos Atingidos por Barragens, bem como com o Instituto Madeira Vivo na luta contra a violação de direitos causada pelas hidrelétricas, como a Hidrelétrica do Rio Machado, cujo plano de construção ignora as pessoas e comunidades que vivem à beira do rio Machado.

A INICIATIVA

A iniciativa desenvolvida teve como cerne a consolidação de uma escola popular de formação para incidência política, como instrumento para diversificar, descentralizar e democratizar o acesso à formação política no tocante aos problemas enfrentados pela comunidade ribeirinha de Calama, distrito do município de Porto Velho. A partir dos processos formativos e de mobilização popular, o objetivo foi o de fortalecer os processos de luta e resistência, tanto relativos à construção da Hidrelétrica Tabajara, no Rio Machado, quanto mais amplamente relativos aos problemas enfrentados pela população deste território, tendo como referência sempre a afirmação e legitimidade da identidade indígena.

AÇÕES

Diálogos porta-a-porta

No distrito de Demarcação, o Coletivo realizou uma atividade ampla de diálogos e mobilização porta-a-porta, divulgando a reunião e roda de diálogo a ser realizada e iniciando conversas sobre os problemas enfrentados na região e os impactos da construção da hidrelétrica no Rio Machado.

Rodas de diálogo

Foram realizadas 3 rodas de diálogo, com objetivo de formação e mobilização política em torno dos problemas locais, como saúde e educação, e dos impactos da hidrelétrica, assim como seus atravessamentos. Duas rodas aconteceram em Calama, voltadas a pescadoras e pescadores, e uma em Demarcação.

Encontro de Mulheres Guerreiras

O encontro foi concebido como um ciclo de oficinas e rodas de conversa presenciais com foco em mobilização, agitação e articulação de segurança de ativistas. Nele, discutiu-se os desafios relativos à construção da hidrelétrica, além de uma demanda extrapauta surgida em decorrência da exoneração e perseguição política de uma ativista e liderança mura.



RESULTADOS

As oficinas, mobilizações e rodas de conversa tiveram como saldo o fortalecimento coletivo e do trabalho coletivamente desenvolvido, trazendo mais pessoas, movimentos e entidades para o engajamento político na região. Fortalecido, o Coletivo Mura e parceiros almejam desenvolver, na sequência deste trabalho, uma cartografia social com os moradores do distrito de Demarcação, dando continuidade à ampliação e consolidação política construídas ao longo deste projeto.



5. AÇÕES E INSTRUMENTAL POLÍTICO

As iniciativas apresentadas neste documento lançaram mão de diversas ações, estratégias e instrumentos para trilhar o caminho entre a intenção política e os resultados alcançados. O fizeram, assim como fazemos sempre todos e todas nós, bebendo de um arsenal político construído e constantemente atualizado pela sociedade civil organizada e em movimento no Brasil e no Sul Global.

Este não é um arsenal estático. Com efeito, toda vez que é revisitado, é também atualizado e particularizado; ganha novas forma, cores e possibilidades e é reinserido, com novas qualidades, no repertório de luta e resistência histórico, pronto para seguir alimentando novas ações e iniciativas – que por sua vez, continuarão alimentando o ciclo de aprendizado coletivo.

Separamos, nas próximas páginas, seis destes instrumentos, na intenção de inspirar e fortalecer iniciativas, projetos e movimentos.

5.1 OFICINAS, PLENÁRIAS E RODAS DE DIÁLOGO

Sabemos que o direito à cidade e a reforma urbana são, em primeira e última instância, sobre pessoas. Trabalhos e ações voltados para estes campos precisam ter sempre em primeiro plano as pessoas a quem as lutas se referem e sempre que possível, incorporando-as como parte ativa dos processos de construção, mobilização e articulação política. Oficinas, plenárias e rodas de diálogo são importantes instrumentos para isso: trazer a população interessada para o diálogo e para a construção conjunta.

O ato de agrupar-se e dialogar com a população interessada pode servir a diversos fins dentro de uma estratégia de luta, seja como parte dos métodos de trabalho de campo, seja como ações de execução do trabalho pretendido – e frequentemente, cumpre ambas as funções simultaneamente. É uma forma muito eficaz de desenvolver processos formativos, como de formação de lideranças e educação popular/comunitária, por exemplo; são momentos propícios para coleta de dados e para aprofundamentos na compreensão dos territórios; cumprem função mobilizadora também, e podem fomentar e/ou potencializar articulações coletivas; podem ser momentos importantes de aproximação de pessoas aos temas e demandas trabalhados.

São também de fácil realização, e não costumam demandar muito recurso. Estes são alguns dos aspectos mais importantes de serem considerados ao organizar esse tipo de atividade:

- Definir tema, público alvo e objetivos, para poder planejar tanto a estrutura física quanto a metodologia e o desenvolvimento da ação.
- Definir local, data e hora, levando sempre em consideração as possibilidades objetivas (disposição ou não de recursos financeiros, por exemplo) e as particularidades do seu público alvo. Que dias e horários são melhores para as pessoas que interessa que compareçam? Qual região é de mais fácil acesso para essas pessoas? Quantas pessoas, em média, espera-se que participem da ação? Será possível alugar um espaço, será necessário fazer articulações políticas para garantir isso, ou será utilizado um espaço público? Qual o nível de privacidade que o tema e os objetivos da atividade exigem? Estas são perguntas importantes a serem respondidas para um bom planejamento de estrutura.
- Definir e preparar as ferramentas de apoio a serem utilizadas, que variam de ação para ação. Se for ser apresentada alguma mídia, como imagens, vídeo ou áudio, é preciso que tanto esse material quanto a estrutura necessária sejam providenciados e testados antes. Será distribuído algum material impresso? Será preciso conseguir microfone e caixa de som? Preparar tudo isso com antecedência, preocupando-se com todos os detalhes, é importante para evitar problemas de última hora que, além de prejudicar a ação, podem comprometer a imagem do movimento perante as pessoas participantes.
- Definir e organizar as estratégias e ferramentas de mobilização. Para organizar a divulgação e mobilização do público alvo para uma oficina ou roda de conversa, é fundamental pensar e entender quais as formas mais eficazes para aquele grupo específico, e isso varia muito de público para público: distribuição de panfletos; divulgação em mídias sociais; ligações e e-mails pessoais; convites e diálogos porta-a-porta; articulação com lideranças e outros movimentos; articulação com rádios locais/comunitárias; etc. Entender como melhor se comunicar com o público pretendido é ponto chave para garantir que a atividade atraia exatamente as pessoas que interessa que participem;

Em caso de atividades realizadas em ambiente virtual, o passo-a-passo e o foco são muito similares aos das reuniões presenciais, mas alguns pontos específicos precisam ser observados:

- Pesquisar e considerar as vantagens e desvantagens de cada plataforma antes de decidir qual será utilizada, pois há diferenças que impactam na própria estrutura do evento. Há limite de tempo na versão gratuita? Permite gravação? Há limite de participantes? Permite divisão de salas para trabalhos em grupos menores (“breakout rooms”)? Depende da instalação de algum aplicativo ou participantes podem entrar por um link?
- É comum que atividades virtuais sejam gravadas, já que é muito mais fácil fazê-lo nesse formato do que em encontros presenciais. No entanto, caso opte-se por isso, é indispensável que isso seja avisado para todas e todos os participantes logo no início e caso alguém peça para que suas intervenções sejam removidas da gravação final, isso precisa ser garantido. Direito de imagem é muito sério e sua violação, mesmo acidental, pode acarretar em problemas severos. Antes de decidir pela gravação, portanto, assegure-se dispor da estrutura necessária para garantir que ele seja assegurado.
- O conselho de que se teste tudo antes se aplica aqui também: antes do evento começar, teste a conexão de internet de quem sediará a sala virtual – precisa ser alguém com conexão estável, além das câmeras e microfones de quem facilitará o espaço. Caso vá ser enviado ou apresentado algum material multimídia, teste-os antes e deixe-os separados em uma pasta de rápido acesso.
- Definir com antecedência as políticas de abertura de microfone é fundamental, bem como avisar aos participantes logo no início do evento. Na maioria das ferramentas, é possível que o gestor da sala feche câmeras e microfones de participantes do seu próprio

computador, mas é muito desagradável fazê-lo sem que se tenha antes pactuado, entre todos os presentes, quando e por que isso acontecerá. Explicite para o público em que momentos os microfones podem ser abertos e o tempo máximo que as intervenções devem ter, além de como será controlada a lista de inscrições (a maioria das ferramentas também possui essa funcionalidade no aplicativo).

- Por fim, é muito importante assegurar que a pessoa que ficará responsável pela sala virtual (a “host”) tenha familiaridade com a ferramenta, com computadores e com a internet. Imprevistos acontecem, mas frequentemente são de fácil resolução. Se não resolvidos logo, no entanto, podem prejudicar severamente – ou mesmo impossibilitar! – o seguimento da atividade.

Posto isso, é importante também lembrar que **estes são momentos muito bons para a criação de conexões e engajamento e que diálogos pressupõem tanto fala quanto escuta**. Mesmo em oficinas e processos mais voltados para formação política ou para apresentação de temas, criar momentos e mecanismos para que as pessoas presentes se coloquem e participem ativamente aumenta muito as possibilidades de sucesso da ação.

Exemplos de projetos que incluíram oficinas e rodas de conversa são:

- Participação Popular, do Coletivo de Moradores da Agulha – p. 15
- Oficinas de formação de lideranças para participação na elaboração e intervenção nos Planos de Desenvolvimento Integrado Urbano das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Pará, da União Nacional por Moradia Popular do Pará – p. 12
- Na luta por justiça e direitos conquistados, do Movimento Nacional de Luta por Moradia da Paraíba – p. 21
- Comunidade Sustentável, do Instituto Voz Popular – p. 18
- Por uma Campina Grande democrática, justa, inclusiva e sustentável, da Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande – p. 24
- O jovem na cidade: conectando a juventude ao debate e à ação político-urbanística, do BR-Cidades Maringá – p. 28

5.2 INTERLOCUÇÕES COM O PODER PÚBLICO

É óbvia a importância de dialogar e articular-se com o poder público, quando se tratando de problemáticas sociais e relativas à cidade. É ele, afinal, o principal responsável pela tomada das decisões sobre a vida pública e pela implementação de políticas para a garantia de direitos. Mas isso também significa que essa interlocução sempre será marcada por uma disparidade de poder, de forma que obter ganhos concretos costuma ser difícil e trabalhoso. É fundamental, portanto, que essas interlocuções sejam planejadas e muito bem articuladas.

Para isso, o primeiro passo é entender com quem falar. Nossa sistema político possui uma estrutura dividida em três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, e mesmo eles têm as suas estruturas internas de divisão de responsabilidades. É preciso conhecer essas estruturas para entender como e com quem dialogar em cada caso.

Sobre os três poderes, em linhas gerais, é preciso entender que:

- O Poder Executivo é o responsável por aplicar as leis, realizar políticas públicas e administrar o território – seja municipal, estadual ou federal. É responsável também, junto com o Legislativo, pelas decisões orçamentárias – mas é ele quem aplica o orçamento. Os chefes do Executivo são os presidentes (federal), governadores (estadual) e prefeitos (municipal), e sua estrutura interna inclui ministérios e agências governamentais (no nível federal) e secretarias.

- O Poder Legislativo tem duas funções principais: ordenar e criar as leis; e fiscalizar a atuação e as políticas do Poder Executivo. No nível federal, se divide em Câmara dos Deputados e Senado, e nos níveis estadual e municipal, é exercido, respectivamente, por deputados estaduais e vereadores. As câmaras possuem, ainda, comissões responsáveis por discutir e deliberar sobre temas específicos e suas reuniões são abertas à sociedade civil e tem seus agendamentos publicados em Diário Oficial.
- O Poder Judiciário é responsável por julgar com base nas leis e na Constituição Federal, bem como zelar, quando necessário, pela mais adequada interpretação destas. Também fazem parte do sistema de justiça órgãos como o Ministério Público e as Defensorias Públicas tanto estaduais como federais, que têm um papel fundamental na defesa e garantia de direitos, principalmente das populações mais vulnerabilizadas.

Sabendo com quem faz mais sentido dialogar em cada situação, é importante também garantir o preparo adequado para essas interlocuções. Alguns pontos importantes a serem observados:

1 Não chegue para um diálogo com o poder público de mãos vazias. Tenha sempre boas informações e prepare, quando for possível, propostas e perguntas antecipadamente. Isso diminui a chance de a reunião terminar não sendo produtiva, e aumenta a percepção de autoridade sobre o movimento;

3 Documente o encontro. É importante ter uma ata ou uma relatoria precisa e detalhada destes diálogos, tanto para consulta quanto para cobranças futuras;

2 Quando possível, defina na própria ocasião os próximos passos, incluindo datas para próximos encontros e prazos para respostas e ações discutidas;

4 Estabeleça, tanto com o interlocutor quanto entre o próprio movimento, as ações e estratégias de continuidade. O que será feito a partir deste encontro? Como será realizado o acompanhamento? Como será feita a fiscalização e as cobranças relativas a eventuais comprometimentos e acordos realizados?

Por fim, as mídias locais e independentes podem ser boas aliadas nesse tipo de ação, tanto registrando e publicizando compromissos assumidos quanto cobrando quando for pertinente.

Exemplos de projetos que incluíram interlocução direta com o poder público:

- Comunidade Sustentável, do Instituto Voz Popular – p. 18
- Na luta por justiça e direitos conquistados, do Movimento Nacional de Luta por Moradia da Paraíba (MNLM-PB) – p. 21
- O jovem na cidade: conectando a juventude ao debate e à ação político-urbanística, de BR-Cidades Maringá – p. 28

5.3 COLETA DE DADOS E VISITA DE CAMPO

Toda tomada de decisão e definição de estratégias e abordagens para resolução de conflitos pode ser potencializada com informação. É fundamental que se tenha informações e dados qualificados que permitam a compreensão da questão enfrentada e dos elementos envolvidos. Muitas vezes, a obtenção dessas informações exige um processo de estudo planejado e de produção desses dados; outras vezes, ações sistemáticas de monitoramento contínuo de canais para acessar dados já produzidos. De toda forma, é fundamental que a abordagem seja planejada e pragmática:

- De quais dados eu preciso?
- Se os dados ainda não foram coletados:
 - Que estrutura preciso montar para coletá-los? É algo que uma pessoa consegue fazer, ou demanda a organização de um processo mais estruturado de coleta?
 - Quais ações, processos, ferramentas necessárias para a coleta?
- Se os dados já foram coletados:
 - Como acessá-los?
 - São gratuitos? Caso negativo, preciso incluí-los no meu orçamento.
- Como entender os dados e transformá-los em informação útil para incidência.

Uma forma muito comum e eficaz de coletar dados no nosso campo são as chamadas visitas de campo, cuja pertinência e sentido variam de acordo com o projeto e com o que se quer extrair de resultado dele. De toda forma, é possível ir ao território para realizar um estudo técnico, como um mapeamento, um estudo de terreno ou uma cartografia; é possível ir para entender as necessidades e demandas da população do território, realizando reuniões e entrevistas;

é possível ir para criar maior conexão com a população do território para que seja desenvolvido um trabalho conjunto; é possível ainda fazer trabalho de campo através da coleta remota de dados etc.

Um importante passo é localizar a porta de entrada. Se você pertence ao território ou já desenvolve algum trabalho nele, isso pode não ser uma questão, mas frequentemente precisamos ir a campo em novos territórios. Nesses casos, é importante compreender a melhor forma de realizar essa aproximação. Boas soluções costumam ser procurar lideranças locais e marcar um primeiro diálogo; buscar profissionais ou ativistas que já realizam algum trabalho no local; fazer contato com movimentos sociais e coletivos que possam existir e atuar no território.

Uma boa porta de entrada diminui as possíveis barreiras e empecilhos ao desenvolvimento do trabalho.

Com o canal de acesso aberto, um objetivo bem traçado é um excelente guia para as ações a serem desenvolvidas. Podem ser feitas avaliações e estudos técnicos; reuniões de escuta com a população; reuniões continuadas com lideranças; interlocuções com movimentos e coletivos locais; entrevistas etc. Para todas elas, é fundamental planejamento e preparo prévio:

- Agende e programe cada ação com antecedência.
- Tenha um roteiro desenhado do que será feito, quando, como e com quem. O excesso de improviso torna a ação imprecisa e compromete a qualidade dos resultados.
- Documente! Faça fotos, vídeos ou relatórios escritos, mas não confie só na memória.

Não deixe, no entanto, que o planejamento prévio vire excesso de pragmatismo e engesse a ação: territórios têm vida e se permitir ouvir e observar é fundamental para as compreensões mais qualificadas que esse instrumento permite. Uma boa ação de campo deriva de uma boa postura de observação e escuta.

Exemplos de projetos que incluíram interlocução direta com o poder público:

- Núcleo de Assessoria em Georreferenciamento e Urbanismo (NAGU), de Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade – p. 8
- Comunidade Sustentável, do Instituto Voz Popular – p. 18
- Na luta por justiça e direitos conquistados, do Movimento Nacional de Luta por Moradia da Paraíba – p. 21
- Por uma Campina Grande democrática, justa, inclusiva e sustentável, da Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande – p. 24
- Elaboração do Caderno 2 do Plano Urbanístico Comunitário da Muribeca, da Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS) – p. 31
- Pesquisa de monitoramento e incidência política sobre o transporte público, no contexto da pandemia do Covid-19, na Região Metropolitana do Recife, do Movimento dos Trabalhadores sem Teto Brasil (MTST) – p. 35

5.4 GEORREFERENCIAMENTO DE DADOS

O geo-referenciamento, nos fluxos de coleta de dados, é uma ferramenta que vem crescendo em utilização e popularidade entre movimentos populares e ações da sociedade civil organizada, além de ser parte importante do trabalho técnico de assessorias, como em processos de conflito fundiário e no monitoramento de políticas públicas como de transporte público. Ele facilita o mapeamento e a visualização dos elementos pesquisados, permitindo compreensões especializadas de determinada questão em um ou mais territórios.

Isso porque geo-referenciar dados diz respeito a vincular um dado com uma coordenada geográfica específica. Assim, ao final do processo, é possível ter não apenas uma lista ou tabela de dados, mas um mapa de ocorrências ou incidências. Isso pode ser feito tanto em primeira pessoa, geo-referenciando os dados que você coleta, ou organizando uma ferramenta que colete e registre a localização de dados e informações fornecidos por terceiros.

Ainda que exija um pouco mais de conhecimento técnico para ser realizada, em projetos que incluem estudos mais aprofundados de território ela pode ser uma potente ferramenta para qualificar ainda mais os estudos de campo e as caracterizações da problemática abordada. Tem sido fundamental na instrumentalização técnica e política em casos de conflito fundiário, como ameaças de reintegração de posse, programas de realocação e processos de regularização fundiária.

Exemplos de projetos que incluíram interlocução direta com o poder público:

- Núcleo de Assessoria em Georreferenciamento e Urbanismo (NAGU), de Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade – p. 8
- Pesquisa de monitoramento e incidência política sobre o transporte público, no contexto da pandemia do Covid-19, na Região Metropolitana do Recife, do MTST Brasil – p. 35

5.5 ATIVAÇÃO DE MÍDIAS SOCIAIS

Hoje em dia, as mídias sociais evoluíram para importantes ferramentas do fazer político: facilitam aproximações e agrupamentos; são arenas de discussões; servem de vitrine para projetos, ações e pautas; facilitam a mobilização e o engajamento e permitem, em última instância, um ritmo e alcance de comunicação muito grandes. São instrumentos que podem contribuir fortemente para ações políticas e, se bem utilizados, ser a diferença entre um menor ou maior engajamento com uma ação ou projeto.

A ativação de mídias sociais é ideal para comunicações massivas de divulgação, visibilização e mobilização para gerar engajamento. Apesar de não permitir um contato mais próximo e qualificado com o público, pode funcionar como incentivadora de aproximações e multiplicadora de ideias para pessoas que, de outras formas, não seriam alcançadas.

É importante entender, no entanto, que a boa utilização das mídias sociais pressupõe um uso taticamente planejado. É preciso ter definido:

1 OBJETIVO

A intenção é dar visibilidade para um projeto ou para um documento? De repente tentar posicionar uma causa ou evidenciar uma demanda específica? Ou mobilizar e promover engajamento massivo em um ato, encontro ou ação? Delimitar isso é o primeiro passo para planejar a abordagem a ser utilizada.

2 PÚBLICO ALVO

Seu objetivo pode ser se comunicar com a população de um bairro, de uma cidade, de um estado ou de todo o país – e ainda dentro disso, com quais pessoas? Qual a faixa etária, o gênero ou os interesses chaves que você vai privilegiar?

3 MELHORES MÍDIAS

Cada mídia e rede social tem um perfil diferente, tanto em relação ao perfil de usuários que mais as utilizam, quanto em relação a como a comunicação acontece e aos resultados são mais facilmente alcançados. Quais mídias são mais adequadas para o seu objetivo e seu público?

Com isso definido, é possível traçar os caminhos mais adequados para atingir o objetivo pretendido.

Exemplos de projetos que incluíram ativação de mídias sociais:

- Núcleo de Assessoria em Geo-referenciamento e Urbanismo (NAGU), de Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade – p. 8
- O jovem na cidade: conectando a juventude ao debate e à ação político-urbanística, de BR-Cidades Maringá – p. 28

5.6 PUBLICAÇÕES TEXTUAIS

Publicações textuais são formas de registro e comunicação escrita, e podem ser tanto o produto final de um processo quanto um instrumento dentro de um trabalho mais amplo. De uma forma ou de outra, elas são mais específicas em relação ao conteúdo e costumam concentrar informação especializada e/ou direcionada. Formas comuns, neste campo, de publicações textuais são os cadernos, as cartilhas e os zines.

Chama-se de cadernos a concentração encadeada de conteúdo escrito e/ou gráfico. No sentido que utilizamos aqui, refere-se a documentos mais densos ou mais profundos em termos de informação, sendo ideais tanto para registro e memória do trabalho realizado quanto para sistematização de conteúdo mais técnico.

Já as cartilhas tendem a ser menos densas em conteúdo de tecnicidade, porque cumprem outro fim: seu conteúdo é mais introdutório e simplificado, com grande ênfase para a didática e para a mobilização. São ideais para organizar informações básicas sobre uma questão social e apontar possíveis soluções e encaminhamentos, por exemplo, ou mesmo como material de divulgação de temas pouco conhecidos pelo público alvo, contendo informações elementares para uma primeira aproximação de um público leigo.

Zine é uma forma de comunicação histórica de movimentos populares e culturais. São revistas pequenas, auto publicadas, produzidas artesanalmente e de menor circulação, que comportam uma linguagem mais informal e politicamente engajada. São ideais para agitação e mobilização em torno de temas pontuais e de divulgação e visibilização de posições políticas. Em todos esses formatos, acertar na linguagem é fundamental: cada pessoa e público tem suas formas particulares de se comunicar e valoriza coisas distintas. Compreender isso é central para que o seu conteúdo consiga ser assimilado e respeitado por quem deve lê-lo.

Um documento técnico, feito para ser usado de instrumento numa disputa jurídica, por exemplo, deve ter uma linguagem que não seria adequada para um documento de memória de um trabalho comunitário – mesmo se o conteúdo fosse similar.

Exemplos de projetos que incluíram cadernos e cartilhas são:

- Comunidade Sustentável, de Instituto Voz Popular – p. 18
- O jovem na cidade: conectando a juventude ao debate e à ação político-urbanística, de BR-Cidades Maringá – p. 28
- Elaboração do Caderno 2 do Plano Urbanístico Comunitário da Muribeca, de Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS) – p. 31

6. CONSIDERAÇÕES E SÍNTESE

É premente considerar, para qualquer análise referente aos trabalhos realizados pelos coletivos e movimentos responsáveis pelas iniciativas apresentadas aqui, que foram concebidos e executados ainda no contexto da pandemia do COVID-19. Os impactos desta realidade nos processos de atuação política se fazem ver a todo momento: na necessidade de reinvenção de formas de se estar em conjunto e de estabelecer diálogos; nas restrições relativas aos modelos habituais de articulação e mobilização; na complexificação e aprofundamento dos problemas sociais, políticos e econômicos sobre os quais atuamos.

Ainda que não seja possível falar em ganhos em um contexto violento como este, cabe destacar que as transformações de hábitos, impostas pela pandemia, no que tange nossa relação com as ferramentas virtuais, abriu também um outro leque de possibilidades de mobilização e incidência, permitindo abrangências e articulações que seriam de muito mais complexa e dispendiosa execução no formato presencial. Com efeito, as ferramentas multimídia e plataformas virtuais estiveram presentes em grande parte das iniciativas realizadas e se colocam como um universo relativamente novo de possibilidades e instrumentos dos quais precisamos nos apropriar mais e mais, a fim de extrair dele todo seu potencial.

Não seria correto afirmar, no entanto, que os formatos presenciais foram superados ou perderam relevância – ou ainda menos, que podem ser substituídos pelo virtual. A presença física e a proximidade dos corpos ainda guardam potencial político ímpar e, quando possíveis e seguras, não devem ser descartadas.

As visitas de campo para estudo dos territórios pela ótica de suas populações se mostraram uma abordagem muito enriquecedora, bem como o diálogo constante com atores sociais, lideranças locais e habitantes dos territórios trabalhados. Instrumentos históricos de mobilização e de compartilhamento de informação também se fizeram presentes e se mantêm eficazes, como cartilhas, zines e lambes.

Sejam presenciais ou virtuais, as oficinas e rodas de diálogo se apresentaram como as ferramentas de maior utilização pelos projetos deste edital. Seis das dez iniciativas se utilizaram destes recursos, adaptando as formas para garantir um conteúdo histórico e precioso das mobilizações políticas populares: a troca e o intercâmbio de informações, experiências, percepções e projetos de mundo. Pelo caminho que for, o fazer político segue nos impulsionando à congregação e ao fazer coletivo.

A complexidade do momento político não se resume à realidade da pandemia. A inflexão conservadora neoliberal, os efeitos da última crise econômica mundial e o contexto socioeconômico que vivemos no país dão contorno aos desafios enfrentados no cotidiano de luta. O escopo das iniciativas aqui trabalhadas sugerem que a interlocução com o poder público se encontra, hoje, em momento de reorganização e aponta para a importância de seu reforçamento: necessidade de reativação de conselhos e instâncias de controle social; movimentos de retomada e participação da sociedade civil organizada nos processos de planejamento urbano; surgimento de novas frentes e articulações amplas; emergência de formação e multiplicação de novas lideranças e uma imensa energia investida em reorganização de bases.

No que tange às iniciativas aqui apresentadas, esses desafios vêm sendo adereçados com um importante caráter popular, destacando as comunidades e as populações dos territórios como sujeitos ativos e partícipes, não apenas da execução dos projetos e estratégias, mas da sua concepção, tanto no sentido prático como epistemológico. Isso implica, naturalmente, também em repensarmos o papel e o fazer dos profissionais e de seus conhecimentos técnicos, colocando em questão de relevância o seu compromisso com a vida política dos territórios e demandando posicionamento e assunção de lado, sempre.

Ao fim deste processo, saímos todas, todos e todes fortalecides e, no encontro dos desafios enfrentados e dos trabalhos desenvolvidos, podemos talvez vislumbrar tendências e potencialidades da atuação coletiva no novo momento político sobre o qual caminhamos.



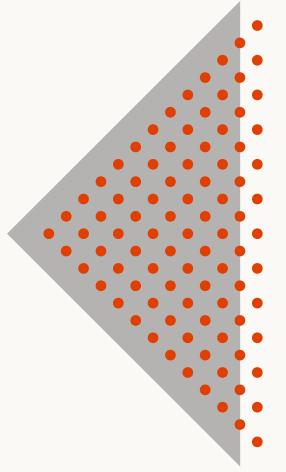
SIGAMOS JUNTES!

O conteúdo apresentado aqui pretendeu dar conta de processos construídos a muitas mãos – ponto este partícipe de um longo caminho de luta de sujeitos e sujeitas em torno do direito de existir na sua plenitude. As iniciativas aqui retratadas são, fundamentalmente, pulsões de resistência pela plenitude da vida. Os territórios e pessoas envolvidos nestas iniciativas saem deste semestre fortalecidos, ainda mais aptos a dar conta do desafio histórico de existir.

É com sentimentos de grande honra, gratidão e senso de dever cumprido que o Fórum Nacional de Reforma Urbana apoiou este ciclo, mais estes passos, ciente de que fortalecemos e fomos fortalecidos, à medida em que as temporalidades e territorialidades se intercruzam e, em última instância, desaguam sempre no movimento e na existência coletivos.

Agradecemos a todas e todos que colocaram sua energia na realização dessas ações coletivas, bem como às organizações e instituições que fizeram estes trabalhos possíveis. Reiteramos nosso compromisso com o enfrentamento à segregação social e espacial; com o empoderamento do nosso povo e dos seus setores mais vulnerabilizados; e com a construção de cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.

Publicamos este documento de síntese e memória na intenção de seguirmos sendo ponto – um ponto incapaz de ser ignorado porque não o é sozinho e porque é também, sempre, um ponto de partida.
Juntas, juntos e juntas, sigamos!





FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA



Habitat
para a Humanidade®
Brasil



CDES
Centro de Direitos Econômicos Sociais
Direitos Humanos



UNIÃO EUROPEIA



forum.reformaurbana



ForumNacionaldeReformaUrbana



forumnacionaldereformaurbana



<https://forumreformaurbana.org.br/>